



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

02/05/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Seguro-desemprego, abono salarial e benefícios do INSS: entenda o que muda com o novo salário mínimo

O reajuste do salário mínimo já começou a valer. O aumento do valor de R\$ 1.302 para R\$ 1.320 foi anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no último domingo e publicado no Diário Oficial da União (DOU) por meio de uma medida provisória, com vigência imediata a partir de segunda-feira (1º).

Com o aumento do salário mínimo, o valor do **abono salarial** passa a variar de R\$ 110 a R\$ 1.320, de acordo com a quantidade de meses trabalhados. O calendário de pagamentos de 2023 é referente ao ano-base de 2021 – assim só receberá o valor máximo quem trabalhou os 12 meses daquele ano. Segundo o Ministério do Trabalho, o novo montante será devido para os valores emitidos para saque a partir de 15 de maio.

Os **benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** também sentirão o reajuste. Para aqueles que recebem um salário mínimo, o benefício sobe para R\$ 1.320 já no pagamento referente ao mês de maio, que deve começar a ser liberado no próximo dia 25.

O **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** é pago a idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência de qualquer idade em situação de extrema pobreza. Assim, o valor do benefício também passará a R\$ 1.320.

O valor do **seguro-desemprego**, recebido pelo trabalhador com carteira assinada demitido sem justa causa, depende da média salarial dos últimos três meses anteriores à demissão. No entanto, o valor da parcela não pode ser inferior ao salário mínimo vigente, que passa a ser de R\$ 1.320 a partir desta segunda-feira.

Saiba mais em: G1, terça-feira 02 de maio.

## História mostra que Santos é pioneira na luta operária no Brasil

O Dia do Trabalhador é celebrado em 1º de maio em vários países além do Brasil, onde as primeiras manifestações começaram a ocorrer no fim do século 19, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Por ser uma cidade portuária e com muitos imigrantes, Santos logo se tornou um dos centros de maior agitação do operariado.

Em 1904, a recém-criada Internacional União dos Operários coordena uma greve contra a Companhia Docas de Santos, movimento este aderido por vários outros sindicatos e associações de classe.

Três anos depois, várias categorias conseguiram a redução da carga horária para oito horas diárias, incluindo trabalhadores santistas da construção civil.

Para o historiador Dionísio de Almeida, da Fundação Arquivo e Memória de Santos (Fams), os trabalhadores locais sempre acompanharam o movimento no Brasil e foram solidários com as greves nacionais, como a de 1917, uma das maiores do período no País. "A Cidade esteve presente e na frente de movimentos sociais populares e sindicais, chegando a concentrar o maior número de sindicatos no Brasil". Saiba mais em: [www.diariodolitoral.com.br](http://www.diariodolitoral.com.br), segunda-feira 01 de maio.

## Marmita azeda, assédio moral e burla na CLT: trabalhadores narram rotina no Brasil

Eram 13h15 de segunda-feira quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva subiu ao palco montado pelas centrais sindicais no Vale do Anhangabaú, região central de São Paulo, em comemoração ao 1º de Maio, Dia do Trabalho.

Na plateia, trabalhadores ouvidos pela Folha se mostravam em sua maioria confiantes no novo governo, mas reclamavam das condições precárias do trabalho intermitente (o popular bico), da burla que algumas empresas promovem para evitar o registro em carteira, do assédio moral e da falta de capacitação. No Brasil, o desemprego atinge 8,8% da população, ou 9,4 milhões de trabalhadores.

Ellen da Silva Lima, 22, reúne os três traços de maior desemprego: é jovem, mulher e negra. "Estou desempregada há um ano e meio. Era cabeleireira, registrada CLT. Mas a dona do salão onde trabalhava, na zona leste de São Paulo, resolveu ficar com 70% do meu ganho bruto, sendo que o combinado eram 50%. Não aceitei continuar nessa exploração", diz ela, separada, mãe de três filhas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 01 de maio

## Fila do INSS registra aumento de 13% em um mês e se torna pesadela a segurados

A fila de pedidos de benefícios do INSS é um dos grandes desafios do novo Governo Federal. O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou recentemente que vai trabalhar para diminuir a fila de segurados à espera de liberação de benefícios. Contudo, ele também destacou não ser possível estabelecer uma data para normalização. Dados do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e Ministério da Previdência Social mostram que a fila de espera no INSS aumentou 13% em janeiro deste ano, em relação a dezembro de 2022.

Em janeiro, havia 1,23 milhão de pedidos parados há mais de 45 dias, enquanto em dezembro esse total era de 1,08 milhão. Além disso, em dezembro do ano passado, 732.987 pessoas entraram com pedido de benefício no INSS. Em janeiro, foram 815.099, somando-se aos que já estão esperando. Essa situação foi discutida em reunião de Lupi com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O advogado João Badari, especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, orienta o segurado que está na fila aguardar o prazo de 45 dias.

“Em alguns casos, pedimos até 90 dias, mas se isso se estender muito, a pessoa deverá fazer reclamação na ouvidoria do INSS e ingressar com mandado de segurança pedindo o cumprimento do prazo pelo órgão federal. Outra alternativa é a ação judicial demonstrando ao juiz que o INSS não cumpriu o prazo legal e pedindo a concessão imediata do benefício”.

O advogado, professor da UFPR e diretor científico do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), Marco Aurelio Serau Junior, lembra que a fila do INSS sempre foi uma constante na vida dos segurados. Mas os novos obstáculos dizem respeito à carência de mão de obra nas agências diante do grande número de aposentadorias e exonerações na autarquia, sem reposição proporcional.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 01 de maio

## Cerca de 25% das vagas de trabalho devem mudar até 2027, diz pesquisa

Cerca de 25% dos empregos devem mudar nos próximos cinco anos, segundo pesquisa com empregadores divulgada nesta segunda-feira (1º) no Fórum Econômico Global, que está sendo realizado em Davos, na Suíça.

O levantamento "Futuro dos Empregos" aponta que 69 milhões de postos de trabalho serão criados e 83 milhões de vagas deixarão de existir até 2027, o que resulta em uma diminuição de 2% no número de empregos.

A pesquisa é baseada em informações de 800 empresas que empregam mais de 11 milhões de trabalhadores e utiliza também um banco de dados de 673 milhões de vagas de trabalho.

Na avaliação dos responsáveis pelo levantamento, a tecnologia e a digitalização são os principais responsáveis pela expectativa para redução de postos de emprego. "A adaptação de tecnologia avança e o aumento da digitalização causará uma rotatividade significativa no mercado", diz o estudo.

Cargos como caixas de banco e postos de atendimento que podem ser automatizados serão os mais atingidos nos próximos anos. É esperado também que aumente a demanda por máquinas de inteligência artificial e especialista em segurança cibernética.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 30 de abril.

## Arcabouço de 70% dos países com regra fiscal ao não exigir contrapartidas de ajuste

Atualmente, o Brasil integra o grupo da maioria por causa da regra do teto de gastos —que impede o crescimento real das despesas federais. O país também se destaca por estar entre os poucos que colocaram a regra na Constituição, ao lado de economias como a da Dinamarca.

O mundo passou ao longo dos últimos anos pela tendência de fortalecer institucionalmente o controle das contas públicas, diz o FMI. Mais de 40% das regras que buscam o equilíbrio orçamentário agora são apoiadas por leis de responsabilidade fiscal ou normas que especificam metas numéricas e requisitos de procedimento e transparência —o dobro em relação ao início da década de 2010.

A proposta do governo para uma nova regra fiscal no Brasil, enviada ao Congresso neste mês, vai na contramão dessa tendência. Não exige contrapartidas rígidas para correção da rota e flexibiliza a aplicação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Se os parlamentares confirmarem a proposta, o Brasil passará a ocupar lugar no grupo de países menos exigentes, que é menor a cada ano.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 29 de abril.